

Cursos de Graduação em Odontologia: a Formação Docente

Undergraduate courses in Dentistry: Teacher's Formation

Roberto Paulo Correia de ARAÚJO¹, Sandra Maria Ferraz MELLO²

¹Professor Titular de Bioquímica Oral. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas, Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (ICS/UFBA), Salvador/BA, Brasil.

²Secretaria Estadual da Saúde. Doutoranda em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas. Departamento de Biofunção, Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia (ICS/UFBA), Salvador/BA, Brasil.

RESUMO

Objetivo: Apresentar e discutir a formação do odontólogo à luz do exercício da docência em seis cursos de graduação instalados no estado da Bahia.

Métodos: Estudo de caráter exploratório, descritivo e analítico, apoiado em abordagem quali-quantitativa por meio da aplicação de questionário investigativo aos odontólogos que exercem o magistério e realização de entrevistas com roteiros previamente elaborados aos dirigentes do curso de Odontologia de cada instituição. Na interpretação dos resultados obtidos através das entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, utilizou-se como técnica a análise de conteúdo temático.

Resultados: Constatou-se que 74,5% dos odontólogos docentes foram diplomados pela UFBA; 82,3% afirmaram não ser satisfatória a duração de quatro anos para atender às recomendações das DCN e 99,0% relataram ter cursado Clínica Integrada. Quanto às atividades extramuros, 75,5% dos docentes tiveram oportunidade de realizá-las durante a graduação e apenas 39,7% declararam ter participado de algum tipo de pesquisa enquanto acadêmicos. Verificou-se que 98,5% dos respondentes realizaram ou estão realizando estudos de pós-graduação e que 83,8% dos docentes possuem o título de mestre.

Conclusão: O ensino da Odontologia na Bahia demonstra atenção profissional suficientemente adequada; a formação do docente privilegia os saberes técnicos em detrimento das metodologias pedagógicas; a expansão deficiente do atendimento odontológico através da rede pública se contrapõe ao aumento no número dos cursos de graduação, e a ênfase dada à prevenção e promoção da saúde é limitada, o que aponta a importância de se integrar as dimensões técnicas às ético-humanísticas em atenção às DCN.

ABSTRACT

Objective: analyzing the education of the dentist in the light of the teaching profession in six undergraduate courses in the state of Bahia.

Methods: application of investigative questionnaire to dentists who exercise teaching and interviews with pre-designed itineraries, with leaders of the course in Dentistry of each institution.

Results: It was verified that 74.5% of the dental professors graduated at the UFBA; 82.3% affirmed not being satisfactory a four-year length course to attend DCN recommendations, and 99% reported having coursed Integrated Clinics. As regards outreach activities, they were performed by 75.5% of professors during graduation period and only 39.7% declared having participated of any research activity as undergraduate student. It was verified that 98.5% of respondents took or are taking post-graduation studies and 83.8% owns master's degree.

Conclusion: analysis of collected data allowed us to conclude that the teaching of Dentistry in Bahia demonstrates adequate enough professional attention; the training teacher emphasizes the technical knowledge to the detriment of teaching methodologies; the poor expansion of dental care through the public net is opposed to the increase in the number of undergraduate courses, and that the emphasis on prevention and health promotion is limited, which shows the importance of integrating the technical dimensions of the ethical and humanistic attention to the DCN.

DESCRITORES

Odontólogos; Docentes de Odontologia; Educação em Odontologia; Educação Superior.

KEY-WORDS

Dentists; Faculty, Dental; Education, Dental; Education, Higher.

INTRODUÇÃO

A formação do odontólogo no Brasil tem se baseado na racionalidade técnica, fundamentada na filosofia positivista, no afastamento das questões sociais, nas práticas curativas, individualizadas, elitistas e na fragmentação do conhecimento por especialidades¹. Este modelo flexneriano, curativista, é condição determinante do perfil de um profissional de saúde bucal com expressiva competência nos múltiplos procedimentos técnico-científicos, mas que coloca a importância das especialidades num patamar superior à visão integral do paciente, afastando-o da condição de promotor da saúde².

As estratégias educativas não podem estar desvinculadas das ações de saúde, uma vez que possuem, em comum, objetivos e metas voltados à preservação da qualidade de vida da sociedade³. Torna-se fundamental que o odontólogo compreenda que sua prática não pode ser restrita ao ato terapêutico, mas deve ter um componente educativo, entendendo-se a educação como processo de transformação da realidade social⁴.

Os pressupostos norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) exigem a formação de odontólogos com forte embasamento generalista, preparados para associar problemas bucais e sistêmicos⁵. É um desafio para os odontólogos formados, tradicionalmente, articular a atuação profissional do seu universo biológico ao exercício da docência, uma vez que são solicitados a desenvolver abordagens, conceitos e paradigmas das ciências humanas e sociais. O processo de ensino-aprendizagem transcende as ciências da saúde, tendo em consideração a missão de educador e não, de instrutor de técnicas e procedimentos específicos⁶.

As orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a instalação do debate institucionalizado sobre a qualidade e a avaliação do ensino superior, levaram os cursos de Odontologia a buscar soluções que respondessem aos desafios mediante a construção de projetos pedagógicos, ajustes curriculares e profissionalização do trabalho docente⁷.

A condição de especialista atribuída à maioria dos professores e a execução de componentes curriculares de forma independente implicam numa visão segmentada do ser humano⁸. Esta formação, por um lado, não dá conta da preparação técnico-científica satisfatória e, por outro, não prepara para responder às exigências contemporâneas, inclusive na docência⁹.

Apesar do empenho da maioria das universidades em adaptar sua estrutura curricular, ainda existem desencontros entre a prática e a informação acadêmica¹⁰.

Os valores éticos e humanísticos impõem ao professor o desafio de ultrapassar a dimensão técnica visando ao alcance das dimensões da prática educativa, dos aspectos político-estruturais, epistemológicos e pedagógicos⁷. Esse padrão exige um perfil profissional voltado aos interesses da coletividade, com

envolvimento social em programas públicos como acontece com a inserção do odontólogo na Estratégia da Saúde da Família - ESF⁷. Cabe ao docente atuar como aglutinador e articulador do conhecimento transmitido ao aluno, mostrando a importância da sua aplicação¹¹.

Para que ocorram tais mudanças, as Instituições de Ensino Superior devem assegurar a capacitação didático-pedagógica voltadas às estratégias de implementação das DCN, para o êxito do processo ensino-aprendizagem¹².

Tendo em vista a importância da formação dos odontólogos que exercem a docência no estado da Bahia, e, por conseguinte, a qualidade dos cursos de Odontologia aos quais estão vinculados, assim como o fato de serem partícipes do SUS em equipes interdisciplinares (ESF), torna-se relevante o traçado do perfil desses profissionais formadores de seguidas gerações, consideradas as exigências das DCN relacionadas à atual política de promoção de saúde. Estas são as razões que justificam a realização da presente pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo de caráter exploratório, descritivo e analítico, apoiado em abordagem quali-quantitativa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia da UFBA, de acordo com o Parecer N° 0026.0.368.000-08, baseado na Resolução N° 196/96. Os instrumentos de coleta de dados foram acompanhados de uma carta explicativa do estudo e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Participaram deste estudo seis Instituições de Ensino Superior, sendo três públicas e três privadas, sendo considerado como critério de exclusão a recusa por parte dos docentes e dirigentes dos cursos em participar da pesquisa.

O questionário investigativo (Apêndice 1), validado mediante sua aplicação prévia a 10% da amostra (20 professores – piloto), foi entregue ao universo de 323 odontólogos docentes resultando no preenchimento de 204 (63%) unidades, passando a corresponder, portanto, a amostra estabelecida no estudo.

Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice 2) com os dirigentes dos cursos de Odontologia das respectivas IES com o auxílio de roteiros previamente elaborados. Contudo, torna-se necessário ressaltar que as entrevistas funcionaram como suporte analítico para compreensão da realidade estudada.

Concluída a coleta de dados, as respostas foram classificadas e agrupadas de acordo com as variáveis e os construtos observados, e submetidos à análise estatística descritiva por se tratar de um plano amostral não-probabilístico. Na interpretação dos resultados obtidos através das entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, utilizou-se como técnica a análise de conteúdo temático¹³.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da amostra estudada, 49,5% dos profissionais eram naturais de Salvador, sendo que 88,7% residiam na capital do estado, com predominância do gênero feminino (58,2%) e 38 anos de idade, demonstrando ser jovem (65,7%) a força de trabalho docente.

Constatou-se que 74,5% dos odontólogos docentes foram diplomados pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), 13,2% pela Universidade Estadual de Feira de Santana e 1,4% pela Fundação para o Desenvolvimento das Ciências, enquanto que 10,7% eram procedentes de Instituições situadas em outros estados. Portanto, 80,0% graduaram-se em instituição pública federal, 18,0% em instituição pública estadual, 2,0% em instituição privada.

O Censo de Educação Superior, 2007, demonstra expressivo crescimento do ensino superior privado, visto que 92,5% das faculdades e 96,7% dos centros universitários estão vinculados à iniciativa privada, enquanto as universidades estão distribuídas em proporção aproximada entre setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente¹⁴. As áreas que menos cresceram foram Medicina e Odontologia (38,6% e 50%, respectivamente) enquanto o crescimento médio nacional no período foi de 150,7%¹⁵.

No estado da Bahia existia uma única opção pelo curso de Odontologia durante quase 105 anos. Este curso era oferecido pela UFBA, o que explica os dados obtidos. Só nas últimas décadas é que foram instalados os outros cinco cursos.

A formação do odontólogo no Brasil aponta a necessidade de mudanças na concepção dos cursos de graduação. De 1992 a 2005, a formação foi predominantemente elitista, com pouca preocupação com os valores sociais e a promoção da saúde, consideração reforçada pela realidade brasileira e pela a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Esse perfil foi redesenhado com a implantação em 2001 das DCN dos Cursos de Odontologia. A redefinição das políticas de saúde, como a inclusão dos odontólogos na Estratégia de Saúde da Família reafirmou essa nova concepção profissional materializada nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação¹⁶.

Mesmo nas universidades públicas, a formação profissional se distancia das necessidades de saúde bucal da população brasileira. Nesse sentido, ainda são constatados aspectos elitizantes da profissão, apesar das novas opções curriculares exigirem aptidões individuais relacionadas à promoção da saúde da coletividade. O sistema educacional privilegia, ainda, aqueles alunos que, por serem provenientes de classes sociais mais altas, tiveram, desde a primeira infância, maiores condições de desenvolver essas aptidões. A exclusão educacional não acontece apenas no acesso à Universidade, mas no interior dela, por meio da própria educação formal¹⁶. Gradativamente, esta realidade está sendo modificada mediante a opção das instituições públicas pela política de reserva de vagas e os programas

de bolsas financiados pelo governo federal aos estudantes das instituições privadas. Quanto à duração do curso, embora 43,6% (89) dos professores pesquisados afirmassem ter realizado a graduação em cinco anos, constatou-se haver variação relevante entre os que concluíram com quatro anos (27,4%) e quatro anos e meio (24,5%), sendo que 4,5% não responderam a esta indagação. Este fenômeno decorreu de ajustes das cargas horárias dos cursos a fim de atender às exigências curriculares estabelecidas pela Resolução nº 04 de 03/09/1982 do CFE, atual CNE¹⁴.

Dentre os docentes participantes do estudo, 153 (91,0%) sugeriram cinco anos como o tempo suficiente para se oferecer um bom curso, embora 9 (5,4%) acreditem que seis anos seriam o ideal. Estes achados estão de acordo com outro estudo realizado em 2004, no qual se destaca que a grande maioria dos docentes (89,48%) mostrou-se favorável à dilatação do curso de Odontologia de quatro para cinco anos¹⁷. No presente trabalho, 168 (82,3%) docentes afirmaram não ser satisfatória a duração de quatro anos para atender às recomendações das DCN. Os cursos de Odontologia instalados na Bahia obedecem à mencionada Resolução que fixa os conteúdos mínimos e a duração dos mesmos, variam entre nove (60,0%) e dez semestres (40,0%).

Sobre o ano de diplomação, os que se graduaram entre 1996 a 2000, correspondem ao percentual de 29% (59), seguindo-se, de 18,1% (37) dos graduados entre 2001 e 2005, enquanto que 16,7% (34) concluíram seus cursos entre 1991 e 1995, 15,7% (32) entre 1986 a 1990 e 8,3% (17) entre 1976 e 1980. Os demais graduados acham-se assim distribuídos: 5,8% (12) entre 1981 e 1985, 3,4% (7) entre 1971 e 1975 e 2,0% (4) entre 1966 e 1970, enquanto que 1,0% (2) graduaram a partir de 2006. Portanto, 79,5% (162) docentes foram diplomados entre 1986 e 2005.

A educação profissional parece estar relacionada não só ao avanço científico e tecnológico da época em que o estudo se realizou, quanto às condições econômicas do país ou da região. Nesse sentido, a adaptação do currículo à realidade epidemiológica, social e econômica do país torna-se um aspecto por demais importante na formação do profissional¹⁸.

A reforma dos cursos de Odontologia realizada com base na Resolução Nº 04/1982 do CFE estabeleceu a obrigatoriedade de um currículo mínimo constituído de matérias básicas e profissionalizantes¹⁹. Nos primeiros semestres os alunos frequentavam os componentes básicos e, aos poucos, passavam a se apropriar de conteúdos e clínicas especificamente odontológicos, para, nos últimos semestres do curso, dedicar-se às clínicas. A criação de estágios supervisionados, de serviços extramuros e da clínica integrada são propostas que têm a intenção de preencher lacunas na formação profissional ao propiciar o contato do estudante com a realidade social na qual estão inseridos²⁰.

Questionados sobre a inserção de determinados componentes curriculares nos cursos que os diplomaram, 99,0% (202) afirmaram ter cursado Clínica Integrada. Esse componente propicia uma visão do exercício profissional interdisciplinar abrangendo desde

o diagnóstico até a execução do plano de tratamento estabelecido, uma vez preservado o modelo de atenção à saúde bucal e o exercício da prática na resolução dos casos clínicos, preparando o aluno para o desempenho profissional²⁰. Os resultados obtidos no presente estudo indicam a possibilidade dos odontólogos que exercem a docência na Bahia baseados na experiência vivenciada nos seus cursos de graduação, poderem atender às recomendações das DCN quanto à formação de profissionais com perfil generalista e, portanto, com a prerrogativa da experiência nas Clínicas Integradas²¹.

O Art. 7º das DCN recomenda a realização de estágios curriculares supervisionados executados de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação profissional. Ao colocar o aluno em contato direto com as necessidades da comunidade através do estágio, é assegurado o treinamento em serviço com a execução crescente de ações complexas, conforme as exigências do serviço e o programa de ensino de cada instituição²¹. Como componente curricular obrigatório, 93,6% (191) dos participantes do estudo responderam ter cumprido o Estágio Supervisionado.

A inclusão de atividade curricular extramuros possibilita ao aluno o conhecimento das dimensões estruturais dos serviços públicos de saúde, a participação no atendimento à população, a compreensão das políticas de saúde bucal, o papel do odontólogo e o contexto social no qual ingressarão²². 75,5% (154) dos docentes afirmaram ter tido a oportunidade de realizá-las durante a graduação, contudo ao serem questionados em relação à pesquisa, apenas 39,7% (81) declararam ter participado de algum tipo de pesquisa enquanto acadêmicos, reforçando estudos realizados em 2003 quanto à necessidade de se ampliar os incentivos voltados à pesquisa no Brasil²³. A insuficiência de recursos financeiros destinados à pesquisa limita a capacidade de produção científica do aluno e restringe esta atividade aos núcleos de excelência capazes de captar recursos, o que reforça o modelo de formação técnica voltada aos interesses do mercado²³.

A opção pela pesquisa envolve com maior intensidade os alunos no processo educacional⁹. A dinâmica da pesquisa nos cursos de graduação assegura a formação de um profissional competente, que sabe buscar e refazer soluções. Para que aconteça uma educação pela pesquisa é necessário que o professor se torne um pesquisador profissional da educação⁹. Os resultados obtidos indicam ser indispensável o treinamento dos docentes para que assumam maior compromisso e envolvimento com a investigação científica.

As variações de conteúdos programáticos, de componentes curriculares, da ênfase dada à formação para atuação no mercado de trabalho e da carga horária de determinadas especialidades são indicadores que revelam diferenças marcantes entre os cursos de graduação em Odontologia na Bahia. 94,1% (192) dos professores que participaram da pesquisa atribuíram diferenças entre o curso de graduação que realizaram e o atual; 21,6% (44) qualificaram o curso realizado como

ótimo, 58,8% (120) como *bom*, 11,2% (23) como *regular*, 3,4% (7) como *ruim* e apenas o percentual de 0,5% (1) atribuiu o conceito *péssimo*.

É sabido que movimentos de mudança continuam ocorrendo nos cursos notadamente por pressão da avaliação institucional do INEP/MEC e do incentivo à auto-avaliação. As discussões geradas no plano pedagógico representam uma alternativa para nova formação, crítica e responsável, envolvendo paradigmas de ensino e aprendizagem articulados às questões curriculares e político-estruturais no contexto da realidade brasileira⁷. Nessa perspectiva, a análise dos resultados obtidos sinaliza a real necessidade de se investir na capacitação constante do corpo docente, visando a plena utilização de uma metodologia de ensino baseada na reconstrução do conhecimento inovador, para que sejam obtidos os benefícios de um currículo integrado com vistas à aquisição de uma postura interdisciplinar.

Os progressos metodológicos e a formação docente adequada constituem os elementos que induzem a academia a repensar a prática pedagógica em ambientes clínico-odontológicos²⁴. Constatou-se neste estudo que 98,5% (201) dos respondentes realizaram ou estão realizando estudos de pós-graduação restando, apenas, 1,5% (3) que referiram não ter tido oportunidade de realizar até então. 76,9% dos docentes entrevistados detêm o título de especialista e 6,2% afirmaram ter optado por Endodontia, 4,6% por Radiologia e 4,0% por Prótese. Entre as especialidades referidas em áreas correlatas, 9,1% (13) dos respondentes informaram ter adquirido o título de especialista em Metodologia do Ensino Superior. Por fim, os demais portadores do título de pós-graduação *lato sensu* encontram-se distribuídos nas demais especialidades, dentre as quais, Periodontia, Odontopediatria, Dentística, Cirurgia, Ortodontia e Implantodontia.

Esses depoimentos caracterizam uma categoria profissional com elevado número de especialistas. A necessidade de se inserir no mercado quase que imediatamente após a diplomação, induz os egressos a buscar a especialização, daí a supervalorização desta modalidade de pós-graduação.

A crise do mercado de trabalho odontológico vem obrigando os profissionais a mobilizarem mecanismos de concorrência competitiva e a se submeterem ao processo de assalariamento. Este quadro se agrava com a privatização do mercado que é dominado por empresas de saúde que exploram a mão de obra qualificada. A concentração de profissionais em grandes centros urbanos e a perda de poder junto ao mundo do trabalho são elementos estimuladores da formação odontológica especializada, na tentativa de superar a crise e restabelecer o *status* alcançado, mediante a competência técnica altamente especializada⁷.

O incentivo à criação de cursos de pós-graduação e a exigência de titulação para o acesso à carreira docente não excluem o questionamento sobre a formação pedagógica satisfatória para o exercício do magistério, atividade que requer abordagens

interdisciplinares e complexas⁷.

Quanto à titulação, os resultados desta pesquisa revelam elevado número de profissionais – 171 (83,8%) – com o título de Mestre e entre estes, 142 (83,0%) são mestres, especificamente, em Odontologia, e 61 (46,5%) com ênfase em Clínica. Em se tratando do doutorado, 107 professores (52,4%) são detentores do título de doutor ou estão em curso; 64 (59,8%) são doutores em Odontologia, sendo que 16 (25%) cursaram a área de concentração Clínica Odontológica, enquanto que 48 (75%) realizaram ou está em realizando o doutorado em áreas correlatas. Cabe enfatizar que 161 (78,9%) entrevistados revelaram concordar com a obrigatoriedade de realização de mestrado e doutorado para o exercício da docência, enquanto apenas 35 (17,1%) não reconhecem essa necessidade, ao tempo em que oito (3,9%) não registraram resposta alguma.

Com as DCN tornou-se mais obrigatório, ainda, para os odontólogos docentes a busca de titulação em programas de pós-graduação visando não só a melhoria salarial, como também o aprendizado dos métodos necessários à prática pedagógica. Os títulos de Mestre e Doutor asseguram aos profissionais a oportunidade de participar de concursos para docência em IES públicas, exigência – *sine qua non* –, assim como de tomar parte de outros importantes programas acadêmicos, dentre os quais aqueles de pós-doutoramento. Estas experiências formadoras garantem níveis de excelência em determinadas áreas do conhecimento direcionadas ao pleno exercício de cargos titulares, particularmente naquelas atividades voltadas à produção do conhecimento. Dentre os participantes desta pesquisa, foram encontrados apenas dois profissionais com esse título.

Constata-se no estudo em pauta que a opção pela formação generalista ou de clínico geral diminuiu sensivelmente. Esta constatação parece encontrar justificativa na especialização precoce e na valorização tecnicista dos cursos de graduação em Odontologia.

No tocante à formação continuada, revelaram participar dos cursos de atualização com carga horária superior a 80 horas 151 (74%) docentes, enquanto que 19 (9,3%) não tomaram parte e 34 (16,7%) não responderam. Diante dos resultados obtidos, a participação em congressos, jornadas e simpósios, nos últimos dois anos, tem sido uma prática corriqueira para 195 (95,5%) profissionais, enquanto apenas cinco (2,5%) não participam e quatro (2,0%) não responderam. Essa participação se dá, inclusive, em âmbito internacional, de acordo com 151 (74,0%) participantes da pesquisa. Esses resultados demonstram o interesse dos profissionais estudados em aprimorar seus conhecimentos através de oportunidades que cobram menor investimento financeiro e físico, muitas vezes em períodos de férias. Ainda como forma de atualização profissional, observou-se que 196 docentes (96,0%) têm por hábito a leitura de periódicos, regularmente. Os periódicos representam o elo de comunicação científica entre os docentes e os estudantes, portanto, considerados veículos importantes para a atualização e geração de novos conhecimentos, influenciando a prática e a formação profissional.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados deste estudo pode-se concluir que o ensino de graduação da Odontologia na Bahia demonstra eficiente qualidade de atenção profissional possibilitada pela tecnologia especializada na solução dos problemas de saúde bucal; que a formação profissional do docente privilegia os saberes técnicos, enquanto que a formação pedagógica decorre de iniciativa própria ou de forma limitada através dos programas de pós-graduação; que a ênfase dada pelos cursos de graduação à prevenção e promoção da saúde é limitada. Tais entendimentos reafirmam a importância de se encontrar o ponto de equilíbrio que assegure a integração das dimensões técnicas às ético-humanísticas tornando possível formar profissionais que preencham os requisitos formulados pelas DCN.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio financeiro, e aos odontólogos docentes, dirigentes e discentes dos Cursos de Graduação em Odontologia que tornaram possível a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. Péret ACA, Lima MLR de. A Pesquisa e a formação do professor de Odontologia nas políticas internacionais e nacionais de educação – Uma análise das diretrizes nacionais e internacionais sobre a pesquisa científica e sua influência na formação dos docentes de Odontologia. *Revista da Abeno* 2003; 3(1):65-9.
2. Tescarollo A. Um desafio à Odontologia. *Revista ABO* 2008; XVI(1).
3. Toassi RFC. O embate do processo de implantação de um currículo modular na educação superior: o curso de Odontologia da UNIPLAC, Lages – SC [tese]. Porto Alegre (RS): Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
4. Pizzato E et al. O papel do professor no ensino odontológico. *Saúde em Debate* 2004; 66(28):52-7.
5. Morita MC, Kriger L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a Interação com o SUS. *Revista da Abeno* 2004; 1(4):17-21.
6. Silveira JLGC da. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Odontologia: Historicidade, Legalidade e Legitimidade. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr* 2004; 4(2):151-6.
7. Secco LG, Pereira MLT. A profissionalização docente e os desafios político-estruturais dos formadores em Odontologia. Um estudo com coordenadores de graduação. *Revista da Abeno* 2004; 4(1):22-8.
8. Cordioli OFG. O processo de formação do CD e a prática generalista da Odontologia: uma análise a partir da vivência profissional [dissertação]. São Paulo (SP): Escola Paulista de Medicina – UNIFESP, 2006.
9. Cardoso, SMV. A formação do dentista no contexto do século XXI: a pesquisa como princípio Pedagógico. *Revista da Abeno* 2007; 1(4):54-7.

10. Kriger, L (Editorialista Convidado). O diferente é formar o generalista. *Rev Clin Pesq Odontol* 2005; 1(4).
11. Lombardo I. Reflexões sobre o planejamento do ensino de Odontologia. *Revista da Abeno* 2001; 1(1):17-24.
12. Foresti MCPP. Ação Docente e Desenvolvimento Curricular. Reunião 2000. Universidade Estadual Paulista - UNESP – Botucatu/SP.
13. Vieiras S, Hossne WS. Metodologia científica para a área da saúde. Rio de Janeiro: Campus; 2004.
14. Brasil. Ministério da Educação. Censo da educação superior 2007 [Acesso em jun 20]. Disponível em: <http://www.mec.org.br>.
15. Haddad AE. A Trajetória dos Cursos de graduação na Saúde 1991 – 2004. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2006; p.382-409.
16. Pinheiro MEL de et al. A formação do odontólogo e a promoção de saúde no PSF. *Rev Odontol UNESP* 2008; 37(1):66-77.
17. Arcieri RM, Saliba NA. Perfil Profissional do Professor Cirurgião Dentista da Faculdade de Odontologia do Campus de Araçatuba da UNESP – 1998. *Rev Odontol UNESP* 2004; 33(2):53-8.
18. Lucietto DA et al. Percepções dos Docentes e Reflexões sobre o Processo de Formação dos Estudantes de Odontologia [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fiocruz; 2005.
19. Garbin CAS et al. O papel das universidades na formação de profissionais na área de saúde. *Revista da Abeno* 2006; 6(1):6-10.
20. Poi WR et al. A Opinião do Odontólogo Sobre a Clínica Integrada. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr* 2003; 3(2):47-52.
21. Uriarte Neto M. Estágio supervisionado – papel da coordenação e do corpo docente na aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais. *Revista da Abeno* 2003; 3(1):41-4.
22. Moimaz SAS et al. Serviço Extramuro Odontológico: Impacto na Formação Profissional. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr* 2004; 4(1):53-7.
23. Paula LM de, Bezerra ACB. A estrutura curricular dos cursos de Odontologia no Brasil. *Revista da Abeno* 2003; 3(1):7-14.
24. Montero CJA et al. Proceso didáctico del docente en ambientes de aprendizaje clínico – odontológicos. *Acta Odontol Venezolana* 2007; 45(3):402-6.

Recebido/Received: 16/12/2010
Revisado/Reviewed: 09/06/2011
Aprovado/Approved: 20/08/2011

Correspondência:

Roberto Paulo Correia de Araújo
Av. Reitor Miguel Calmon, s/n – sala 400. Canela.
Salvador, BA.
Telefone: (71) 3283-8891
E-mail: rparaujo@hotmail.com.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA OS CIRURGIÕES-DENTISTAS DOCENTES DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Questionário para os CIRURGIÕES-DENTISTAS DOCENTES dos Cursos de Odontologia do estado da Bahia

PARTE I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Local da aplicação:.....

Aplicador:.....

Data:...../...../..... **Nº:**.....

PARTE I: DADOS PESSOAIS

1.1 – Naturalidade:.....

1.2 – Data de nascimento:...../...../.....

1.3 – Gênero: () M () F

1.4 – Cidade em que reside:

1.5 – Instituição em que trabalha:.....

PARTE II - FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

2.1 – Graduação:

2.1.1- Faculdade:.....

2.1.2 - Universidade:.....

2.1.3 – Ano de conclusão:.....

2.1.4 - Duração do Curso:.....

2.1.5 – No seu curso de graduação, o currículo vigente contemplava:

() Estágios

() Clínica Integrada

() Atividades Extra-muros

() Pesquisas

2.1.6 – Você considera o curso de Graduação que você realizou:

() Péssimo

() Regular

() Bom

() Ruim

() Ótimo

2.1.7 – Há diferenças entre o curso de graduação que você realizou e esse mesmo curso, na atualidade?

() Sim

() Não

2.1.8 - Você considera o tempo de quatro anos de duração um tempo suficiente para o curso de Graduação em Odontologia?

() Sim

() Não. Quantos anos deveria ter o curso?.....

2.2 – Pós-graduação:

2.2.1 - Você realizou ou está realizando curso de pós-graduação?

() **Sim**

() **Não: indique a razão:**

() Falta de tempo

() Não teve oportunidade

() É recém-formado

() Não quis investir, pois não tem interesse

() Não acredita no retorno financeiro ou profissional

2.2.2 - **Especialização:**

() Sim

() Em Odontologia

() Em área correlata. Especificar a área:.....

() Cursando

() Concluído

() Não

2.2.3 - Mestrado:

- Sim
 - Em Odontologia
 - Em área correlata. Especificar a área:.....
 - Cursando Concluído
- Não

2.2.4 - Doutorado:

- Sim
 - Em Odontologia
 - Em área correlata. Especificar a área:.....
 - Cursando Concluído
- Não

2.2.5 – Outro:

- Sim. Especificar:
- Não

2.3 – Formação continuada:

2.3.1 – Participou de cursos de Atualização com carga horária maior que 80 h?

- Sim. Indique em que especialidade (s):
.....
.....
- Não.

2.3.2 – Participou de Congressos, Jornadas e Simpósios nos últimos dois anos?

- Sim Não

2.3.3 – Já participou de alguma atividade científica internacional?

- Sim Não

2.3.4 – Lê com frequência alguma publicação periódica científica?

- Sim Não

2.3.5 – Acha indispensável realizar Mestrado e (ou) Doutorado para exercer a docência?

- Sim Não

PARTE III - EXERCÍCIO PROFISSIONAL

3.1 – Exercício profissional:

- Ensina em:
 - Instituição de Ensino Superior Pública
 - Instituição de Ensino Superior Privada
- Trabalha em consultório ou clínica

3.2 – Situação profissional:

- Autônomo (Consultório particular)
- Realiza atividades de caráter educativo-preventivo no consultório?
 Sim Não
- Servidor Público
- Trabalha diretamente com programa do Governo SUS e ESF?
 Sim Não
- Realiza atividades de caráter educativo-preventivo de maneira coletiva?
 Sim Não
- Empregado de empresa privada
 Sim Não

3.3 – Jornada de trabalho total semanal:

- 60 h a 50 h 49 a 40 h 39 a 20h
- 29 a 10h 9 a 1h

3.4 – Participação em entidades de Classe.

- Vinculadas à Odontologia. Indicar:
.....
.....
- Não vinculadas à Odontologia. Indicar:
.....
.....

PARTE IV - EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

4.1 – Relação de emprego com a Instituição em que leciona:

- 4. 1. 1** Instituição pública 1
 - Tempo Parcial (20 horas semanais)

- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....
- Tempo Integral (40 horas semanais)
- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....
- Dedicção Exclusiva
- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....

4.1.2 – Situação na carreira

- Titular Assistente
- Adjunto Auxiliar
- Substituto Professor de Ensino Superior
- Outra. Indicar:.....

4.1.3 () Instituição pública 2

- Tempo Parcial (20 horas semanais)
- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....
- Tempo Integral (40 horas semanais)
- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....
- Dedicção Exclusiva
- Indique o número de horas/aulas semanais em sala.....

4.1.4 – Situação na carreira

- Titular Assistente
- Adjunto Auxiliar
- Substituto Professor de Ensino Superior
- Outra. Indicar:.....

4.1.5 () Instituição privada 1

- Horista
- Indique o número de horas/aulas semanais.....
- Tempo Parcial
- Indique o número de horas semanais.....
- Tempo Contínuo
- Indique o número de horas semanais.....
- Contrato de exclusividade
- Indique o número de horas semanais.....

4.1.6 – Situação na carreira

- Titular Assistente
- Adjunto Auxiliar
- Substituto Professor de Ensino Superior
- Outra. Indicar:.....

4.1.7 () Instituição privada 2

- Horista
- Indique o número de horas/aulas semanais.....
- Tempo Parcial
- Indique o número de horas semanais.....
- Tempo Contínuo
- Indique o número de horas semanais.....
- Contrato de exclusividade
- Indique o número de horas semanais.....

4.1.8 – Situação na carreira

- Titular Assistente
- Adjunto Auxiliar
- Substituto Professor de Ensino Superior
- Outra. Indicar:.....

4.1.9 () Instituição privada 3

- Horista
- Indique o número de horas/aulas semanais.....
- Tempo Parcial
- Indique o número de horas semanais.....
- Tempo Contínuo
- Indique o número de horas semanais.....
- Contrato de exclusividade
- Indique o número de horas semanais.....

4.1 10 – Situação na carreira

- () Titular () Assistente
() Adjunto () Auxiliar
() Substituto () Professor de Ensino Superior
() Outra. Indicar:.....

4.2 – Tempo de serviço como docente:

Indicar

4.3 – Opção pela docência

O exercício da docência foi premeditado ou casual?

- () Premeditado () Casual

4.4 – Indique se você adquiriu alguma formação pedagógica para o exercício da docência.

- () Sim () Não

4.4.1 – Em caso afirmativo, sua formação pedagógica foi por iniciativa própria

- () Sim () Não

4.4.2 – Seu treinamento pedagógico é:

- () Frequente () Esporádico

4.5 – Atuação no curso de Odontologia:

- () **Professor**
() de curso de Graduação
() de curso de pós-graduação
() **Coordenador**
() de curso de graduação
() de curso de pós-graduação
() **Orientador**
() de alunos de graduação
() de alunos de pós-graduação
() **Pesquisador**
() **Extensionista**

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
 FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Roteiro para entrevista com os COORDENADORES/DIRETORES dos Cursos de Odontologia do estado da Bahia

Local da entrevista:.....

Aplicador:

Data:...../...../.....

Nº:.....

1 - PERFIL DO PROFISSIONAL

1.1 – Há quantos anos você concluiu o seu curso de graduação?

1.2 – Você foi professor deste curso antes de ser Coordenador ou Diretor? Por quanto tempo?

1.3 - Quanto tempo você está como Coordenador ou Diretor deste Curso?

1.4 – Você exerce atualmente a coordenação de curso ou a docência em outra instituição? Qual?

1.5 - Você exerceu antes a coordenação de curso ou a docência em outra instituição? Qual?

2 - SOBRE A INSTITUIÇÃO ONDE SE LOCALIZA O CURSO QUE COORDENA OU DIRIGE ATUALMENTE

2.1 – Quais as características principais da instituição em que você exerce a função de Coordenador ou Diretor?

2.2 – Há quanto tempo foi criado o curso de Odontologia nessa Instituição?

2.3 – Já houve avaliação do MEC para esse curso? Caso afirmativo, qual foi a menção recebida pelo curso?

2.4 – Existem processos de auto-avaliação do Curso?

2.5 – Quantas vagas anuais são oferecidas? Quantos alunos concluem o curso por ano?

2.6 – Qual o papel de um coordenador de curso de Odontologia na instituição?

3 - SOBRE A QUALIDADE ACADÊMICA DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA

3.1 - Você participou da construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Odontologia? Em caso afirmativo, fale sobre a sua participação neste acontecimento.

3.2 – Você acredita que as Diretrizes aprovadas contemplam mudanças necessárias ou significativas em relação ao profissional formado atualmente na Bahia?

3.3 – Desde o tempo em que está na coordenação do curso, que mudanças mais relevantes você percebeu na formação do profissional?

3.4 – Quais os principais avanços no ensino em relação às atividades educativas preventivas?

3.4 – Que medidas você considera adequadas para a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de odontologia?

4 - SOBRE A QUALIDADE SOCIAL DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA

4.1 – Indicadores apontam o Brasil como um país com alto índice de problemas bucais e elevado número de cirurgões-dentistas. A que você atribui essa disparidade?

4.2 – Em sua opinião, que estratégias ou políticas poderiam contribuir para a redução desse índice?

4.3 – Os egressos do curso saem preparados para suprir as necessidades sociais da odontologia no contexto brasileiro?

4.4 – Os egressos desse curso saem preparados para atuar no PSF e no SUS?

4.5 – Que medidas você considera adequadas para a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de odontologia?